

OS LIMAS E A POLÍTICA DE D. MANUEL I

PATRÍCIA CARVALHO e SOFIA DINIZ *
CHAM

A política ultramarina de D. Manuel I pode ser compreendida através do comportamento de várias das importantes famílias do panorama quinhentista português face aos momentos mais significativos da governação do monarca. Ao apresentarmos aqui os Limas, pretendemos demonstrar como esta família se manteve sempre perto dos desígnios do monarca, servindo-o nesses momentos e, embora nunca tenham tido cargos influentes, encontravam-se sempre perto do rei, fazendo parte do seu círculo mais próximo. Neste trabalho tivemos em consideração os vários ramos da família, tantos quantos os filhos do primeiro visconde de Vila Nova de Cerveira, Leonel de Lima, o que originou a entrada de outras famílias na genealogia que, não utilizando o apelido Lima, estavam consideravelmente próximos para serem analisados. E uma vez que esta investigação se restringia ao reinado do *Venturoso*, abarcámos duas a três gerações de Limas, filhos, netos e alguns bisnetos de Leonel de Lima, marcando as suas presenças, ora nos palcos africanos, ora nos indianos, com que cargos e tarefas.

A existência de tantos ramos importantes na família deu origem a gente com o mesmo nome, que aparece tanto na Índia, como no Norte de África. Os homónimos foram sem dúvida um grande obstáculo a ultrapassar no nosso trabalho, dado que o aparecimento de nomes iguais, e nos mesmos momentos tornou a identificação por vezes bastante difícil. Os cronistas nem sempre são precisos nestas informações, e a restante documentação é, na sua maioria, omissa nessas questões. Todavia, a nossa investigação deu os seus frutos, e pensamos que este é o primeiro passo para um maior conhecimento sobre o papel social e político dos Limas na construção do Estado da Índia. Iremos começar por fazer um breve apanhado da formação da casa senhorial, com a ascensão de Leonel de Lima, que conseguiu juntar para si um importante património, não só a nível territorial, mas também em serviços por ele prestados que reverteriam depois, para os descendentes. Uma vez estabele-

* Bolseira da Fundação Oriente.

cidas as fundações da casa de Vila Nova de Cerveira, seguiremos para os vários ramos que daí nascem, com a inclusão de outras famílias por via de alianças matrimoniais. Será este o cerne do nosso trabalho, uma vez que é daqui que se desenvolvem as linhas de actuação dos Limas no panorama político manuelino. Mais uma vez, reforçamos a ideia de que muitos dos personagens que iremos focar não têm como apelido Lima, mas são descendentes directos de Leonel de Lima. Por terem tido presenças relevantes neste contexto, não podiam deixar de ser considerados.

Os Limas

Começamos pelo elemento seu fundador. Sem menosprezarmos todos os ascendentes de Leonel de Lima, teremos que considerar o ponto de partida naquele que será depois o primeiro visconde de Vila Nova de Cerveira. Sabemos que são originários na fidalguia galega que teria chegado ao território português nos primeiros tempos da nacionalidade¹. Embora tenha nascido como filho segundo de Fernão Anes de Lima, Sr. de Valdevez e Coura, viu reverter para si todo o património de seu pai por morte do primogénito, visto que não tinha ainda descendentes. Longe de pensar que herdaria as terras de seu pai, Leonel de Lima foi indicado como criado do Infante D. Duarte, o que mostra desde logo a proximidade que estes Limas tinham já com a Coroa². Recebe de D. João I as terras de Fraião, São Martinho, Santo Estevão, Jaraz, a casa de Giela, e mais tarde a confirmação das terras de Valdevez e Coura, herdadas de seu pai³. Notamos também que este fidalgo está, desde os primeiros momentos, ligado à empresa expansionista, visto que participa na desastrosa expedição a Tânger, em 1437⁴. Entretanto no reino, o monarca confirma-lhe todas as doações feitas a seu pai e dá-lhe permissão para arrendar herdades em Ponte de Lima⁵. É ainda por esta altura que se realiza o seu casamento com D. Filipa da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, Sr. de Pombeiro, e de D. Brites de Melo⁶. Aqui tem início a vastíssima prole destes dois progenitores. Tiveram 11 filhos, e Leonel de Lima teve ainda mais 2 bastardos. Graças ao favorecimento régio de que é alvo e através de uma eficaz aliança matrimonial, todos eles puderam começar, por si próprios, as suas

¹ Cf. *Nobiliário*, vol. VI, pp. 361-393; Cf. *Brasões*, vol. III, 75-79; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, vol. II, Coimbra, 1979, p. 832; cf. *Pedatura*, vol. I, p. 433.

² Cf. *Brasões*, vol. III, p. 79.

³ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 79.

⁴ Cf. Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Porto, 1995], p. 116.

⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 3v, de 18 Abril 1435.

⁶ Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 363.

casas, ainda que de menor dimensão, mas de igual proximidade à figura do rei, como veremos mais adiante.

A chegada de D. Afonso V ao trono, embora de forma algo conturbada, dá início ao período mais fértil no percurso de Leonel de Lima, visto que será com este monarca que este homem, ainda denominado de escudeiro em 1439⁷, conseguirá que o rei o agracie, mais tarde, com um viscondado. Será sem dúvida o momento de consolidação dos Limas como casa senhorial. Inicialmente a favor de D. Leonor, a política de atracção da nobreza pelo Infante D. Pedro levou a apoiá-lo, sendo inclusive um dos emissários da embaixada entretanto enviada a Castela para demover D. Leonor das suas pretensões como regente⁸. É por esta altura que lhe são doadas algumas terras, nomeadamente as de João Palos⁹, um apoiante de D. Leonor que teria fugido para Castela, e duas tenças de semelhante valor¹⁰. É ainda durante a regência do Infante D. Pedro que passa a ser nomeado fidalgo da casa real e membro do conselho régio¹¹. Mas apesar de todas estas benesses recebidas, Leonel de Lima, vai apoiar, sem dúvidas, D. Afonso V contra seu tio¹².

Esta fidelidade foi depois dignamente recompensada, na medida em que data do ano da batalha de Alfarrobeira a sua nomeação para o conselho do rei, assim como a autorização para usar da jurisdição nas suas terras entre Douro e Minho¹³. Mais tarde vem a nomeação da alcaidaria-mor de Ponte de Lima¹⁴ e do cargo de guarda-mor dos portos de Valença do Minho¹⁵ e uma tença¹⁶, para além da confirmação das mercês que já tinham sido feitas por D. João I a seu pai, assim como de todas as terras por ele angariadas¹⁷. Ao mesmo tempo que parece estar a sedimentar o seu património, Leonel de Lima aprofunda a sua lealdade para com o rei. Na cerimónia de baptismo do príncipe D. João é ele que leva o bacio e gomil do infante, assim como é um dos fidalgos que jura fidelidade ao herdeiro da Coroa, ainda nesse ano¹⁸.

Mas sendo um homem da confiança do rei, e do seu círculo mais próximo, continua a servi-lo, mesmo nas suas acções militares. Desta forma,

⁷ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia» in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, Angra do Heroísmo, 1998, p. 658.

⁸ Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 833-834.

⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fls. 118v-119, de 1 Maio 1443.

¹⁰ Recebe uma tença anual de 20.000 reais brancos pagos no almoxarifado de Ponte de Lima (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 141v, de 23 Abril 1443) e outra de 10.000 reais brancos (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 70, de 7 Maio 1445).

¹¹ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho ...» in *op. cit.*, p. 658.

¹² Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 833.

¹³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 105, de 30 Julho 1453.

¹⁴ Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 835.

¹⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 38, de 3 Abril de 1454.

¹⁶ Tença anual de 15.000 reais brancos (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 4, fl. 14, de 30 Julho 1453).

¹⁷ Confirmação dada a 30 de Março de 1454 (cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 19v-20v).

¹⁸ Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. II, p. 2-3.

parte com D. Afonso V para Marrocos, onde compõe a expedição que conquistou a praça de Alcácer Ceguer, em 1458¹⁹. Como recompensa, mais uma vez dos seus bons serviços, o rei, ainda em Ceuta, concede-lhe uma tença²⁰. Mais tarde, em 1471, ainda em reconhecimento do seu contributo nessas campanhas, foi-lhe doada a vila de Vila Nova de Cerveira, com todos direitos e deveres²¹, e dois casais em Dairam, terra de Riba Lima²². Todavia no Reino, Leonel de Lima estava com dificuldades em fazer sentir o seu poder junto da população de Ponte de Lima. O rei teve que interceder de novo junto da população da vila para que se concluísse finalmente a construção do seu castelo. A vila há muito que lutava contra a presença deste fidalgo, uma vez que eram tradicionalmente geridos não por senhores, mas pelos homens do concelho²³. O facto de o rei lhe ter concedido a alcaidaria-mor e a permissão para a construção de casas e de um castelo era considerada uma afronta. Daí que o monarca tenha sentido necessidade de renovar a autorização para a construção do referido castelo, assim como o da sua nomeação como alcaide-mor. Não há dúvida que o nosso fidalgo estava nas boas graças do monarca, uma vez que este coloca em causa toda uma tradição na zona, por forma a beneficiá-lo.

D. Afonso V, no seu desejo de ser jurado rei da Coroa castelhana, parte em direcção a Castela acompanhado dos seus mais fiéis fidalgos, e entre eles encontramos de novo o nosso Leonel de Lima, e desta acompanhado pelo seu primogénito, D. João de Lima²⁴. É no decorrer desta incursão em terras vizinhas que, mais uma vez, vemos o nosso personagem ser alvo de benesses régias, sendo esta a mais significativa de todas, a doação do viscondado de Vila Nova de Cerveira, e o tratamento de dom, tudo pelos serviços prestados em África e Castela²⁵ a par de uma doação 50.000 reais brancos²⁶. Assinada ainda em Toro, dois dias após a batalha, parece-nos significativa esta concessão. Há muito que Leonel se destacava no círculo do rei, demonstrando lealdade e empenho em todas as acções empreendidas pela Coroa, o que mais uma vez é notório. Sendo este um momento importante no desenrolar da política externa afonsina, o visconde não hesita em acompanhá-lo. Acumula ainda a terra de Curral de Lima²⁷, assim como as terras de Diogo Pereira antigo almoxarife de Ponte de Lima²⁸. Mas estas serão as suas últimas prestações junto da Coroa, uma vez que entre a doação do viscondado e a sua morte não temos mais elementos na sua biografia.

¹⁹ Cf. Humberto Baquero Moreno, *op.cit.*, p. 835; Abel dos Santos Cruz, *op. cit.*, p. 199.

²⁰ Tença anual de 15.000 reais brancos (cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 835).

²¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 50, de 21 Janeiro 1471.

²² Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fl. 14v, de 31 Agosto 1464.

²³ Cf. Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval. Ponte de Lima*, Lisboa, 1990, p. 25.

²⁴ Cf. *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLXXXVI, p. 840.

²⁵ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, liv. 2, fl. 59v-61, de 4 Março 1476.

²⁶ Cf. Humberto Baquero Moreno, *op.cit.*, p. 837.

²⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fl. 32v, de 25 Outubro 1475.

²⁸ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fl. 253, de 22 Abril 1476.

A morte de Leonel de Lima e a chegada de D. Manuel I ao trono português marcaram o ano de 1495. D. João de Lima, o 2.º visconde, conheceu os primeiros 13 anos de governação do *Venturoso*, não obtendo dele mais do que as confirmações das tenças de seu pai e de todas as terras que dele tinha herdado²⁹. Tal escassez de benesses para gente que esteve sempre tão próxima dos monarcas desta dinastia deve ser compreendida pela idade avançada que já teria então. Não nos podemos esquecer que D. Leonel de Lima morre com perto de 90 anos, o que deixava D. João com perto de 70 aquando da sua morte. Não estava certamente com o vigor necessário para se preocupar em ganhar benesses e privilégios do novo rei. Contudo, e durante o reinado de D. Afonso V, esteve sempre presente nalguns dos momentos mais importantes. Também foi para o Norte de África, marcando a sua presença na conquista de Alcácer Ceguer junto de seu pai, onde prestou serviço até ao segundo cerco³⁰. A sua permanência em terras marroquinas foi mais longa que a de seu pai, ficando até 1462³¹. É durante esta altura que recebe os direitos das rendas de Ponte de Lima³², e a confirmação da doação de Vila Nova de Cerveira como consequência de todos os seus serviços africanos³³. A sua actividade militar só é retomada com a batalha de Toro, sendo esta também a sua última. É durante esta campanha que vê confirmada a doação do reguengo de Ponte de Lima a título hereditário³⁴, assim como a alcaidaria-mor de Ponte de Lima³⁵. D. João recebeu ainda terras, os bens móveis e de raiz³⁶, e uma tença³⁷. Para além disso, e através do casamento com D. Catarina de Ataíde, recebe o morgado de Gaião³⁸, ainda que a permissão para o arrendar já lhe tivesse sido concedida³⁹.

D. João de Lima casou pela primeira vez, em 1472, com D. Catarina de Ataíde, filha de Gonçalo de Ataíde, Sr. de Gaião, e de D. Isabel de Brito, de quem teve D. Francisco de Lima, futuro visconde e D. Diogo, capitão de Cochim, entre outros⁴⁰. O segundo casamento é realizado, em 1494, com D. Isabel

²⁹ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 122v-123, sendo confirmada a 2 Maio 1495.

³⁰ Cf. Abel dos Santos Cruz, *op.cit.*, p. 197.

³¹ Cf. Abel dos Santos Cruz, *op.cit.*, p. 215.

³² Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fl. 3v-4v, de 21 Setembro 1461.

³³ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fl. 87-88, de 10 Julho 1495, sendo a confirmação feita a 13 Maio 1496.

³⁴ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 122v-123v, de 20 Outubro 1475, e confirmada a 3 Maio 1496.

³⁵ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fl. 181v-182v, de 20 Abril 1496.

³⁶ Os bens de Afonso Gomes, que tinha sido acusado de falsificação de moeda (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 41v, de 12 Novembro 1464) e de João Rodrigues por ter cometido assassinato (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 186, de 15 Fevereiro 1464).

³⁷ Recebeu uma tença de 30.000 reais brancos, a 14 Março 1469, depois confirmada a 18 Maio 1497 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 77).

³⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 163-163v, de 9 Setembro 1472.

³⁹ Foi concedida em 1471 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 67, de 10 Dezembro 1471).

⁴⁰ Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 363; cf. *Pedatura*, vol. I, p. 436.

de Melo, filha de Martim de Melo, alcaide mor de Évora e Sr. de Melo, e de D. Brites de Sousa, de quem tem apenas uma filha⁴¹. Entre estes dois casamentos, D. João envolveu-se ainda com Catarina de Melo, filha de Martim Afonso de Melo, de cuja ligação nasceu D. Isabel de Lima, que viria a ser mãe de António, Jorge, Leonel, Fernão e Simão de Lima⁴².

Mas a lealdade que seu pai tinha manifestado por diversas vezes, começava agora a reverter para seu filho, uma vez que foi ainda D. Afonso V que nomeou D. João de Lima guarda-mor do Príncipe D. João⁴³, posição que manteve até se tornar rei. Lembremos que a conjuntura não era particularmente fácil para o novo rei, uma vez que a sua tomada de posição nas cortes de 1481 teria repercussões assaz negativas. Durante este processo de consolidação da autoridade régia, o monarca vai procurar apoio noutras facções da nobreza portuguesa, nomeadamente no viscondado de Vila Nova de Cerveira⁴⁴. O cargo ocupado por D. João de Lima vem reforçar esta ideia de proximidade e lealdade para com o *Príncipe Perfeito*, já que este só chamaria alguém em que depositasse confiança. Com a morte de seu pai D. João de Lima vê confirmado todo o património da casa de Vila Nova de Cerveira⁴⁵ ao mesmo tempo que recebe licença para fretar navios da Galiza ou Biscaia que fossem em serviço a África⁴⁶. Recebe também tenças⁴⁷ e os direitos e rendas de Oliveira, Curvos, Gundrufe, Mazarefes e Cortegaça, que revertiam para si desde 1487⁴⁸.

A par de D. João de Lima, um outro filho do primeiro visconde, Fernão de Lima, revelou protagonismo junto da Coroa. Não sendo primogénito, teve condições para começar a constituir o seu próprio património. Logo de início, D. Afonso V concedeu-lhe uma moradia⁴⁹ e mais tarde todos os direitos e bens de Paio Rodrigues e Lopo de Araújo⁵⁰. Porém, vai ser junto do *Príncipe Perfeito* que a figura de Fernão se vai destacar. Em 1471 é nomeado copeiro-

⁴¹ Cf. *Pedatura*, vol. I, p. 436.

⁴² Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 370.

⁴³ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, liv. 2, fl. 60, de 4 Março 1476.

⁴⁴ Cf. João Cordeiro Pereira, «A estrutura social e o seu devir» in *Nova História de Portugal*, vol. V, pp. 277-334.

⁴⁵ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 122v-123v, de 10 Julho 1495 e confirmada a 13 Maio 1496.

⁴⁶ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, 51v, de 21 Abril 1496.

⁴⁷ Tença no valor de 40.000 reais brancos (cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, liv. 4, fl. 54-54v, de 6 Julho 1494), outra no valor de 50.000 reais brancos que vinham com o viscondado (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 97, de 28 Abril 1496), e uma outra pelos serviços prestados e merecimentos, no valor de 40.000 reais brancos (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 47v, de 7 Abril 1496).

⁴⁸ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fl. 68v-69, de 28 Julho 1487.

⁴⁹ Ter-lhe-ia sido atribuída uma moradia no valor de 1.000 reais que se encontraria na lista de 1462 (cf. *Brasões*, vol. III, p. 93).

⁵⁰ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 38, de 10 Maio 1468.

-mor de D. João⁵¹, estatuto que leva na incursão a Castela em 1476, ano em que passa a receber 10.000 reais brancos da tença anual de seu pai⁵². Um ano antes, e durante um curto espaço de tempo, Fernão chegou a receber os foros, rendas e direitos da alcaidaria-mor de Vila Nova da Cerveira⁵³, retirados em prol de D. João, futuro visconde⁵⁴. A subida ao trono de D. João veio realçar de novo a proximidade do secundogénito com o monarca. Em 1484 é-lhe confirmado o cargo de copeiro-mor⁵⁵ ao mesmo tempo que lhe são concedidas novas benesses⁵⁶, como os cargos de alcaide-mor, fronteiro-mor e capitão de Guimarães, com mercê das dízimas da mesma vila⁵⁷. Um ano mais tarde volta a ser contemplado pela generosidade do monarca; desta vez com 10.000 reais brancos provenientes de uma tença de seu pai Leonel⁵⁸, bem como direitos e rendas de portagem da dita vila de Guimarães e a outras mercês⁵⁹. Em 1474 Fernão de Lima casa com D. Constança de Azevedo, filha de Diogo Lopes de Azevedo, Sr. de S. João de Rei, e D. Inês Pereira⁶⁰, de quem teve descendência que se destacou grandemente na Índia no reinado de D. Manuel, a saber, Diogo Lopes de Lima, D. João de Lima, capitão de Calicut, D. Jerónimo de Lima e D. Cristóvão, bastardo.

Contrariando de alguma forma aquilo que temos vindo a constatar nesta análise, um dos filhos do 1.º visconde, D. Álvaro de Lima aproximou-se mais da casa de Viseu, ao ser nomeado monteiro-mor do Duque D. Fernando e depois de D. Manuel⁶¹. Tal com seus irmãos, D. Álvaro participa nas expedições norte africanas, chegando mesmo a ficar cativo no 3.º escalonamento de Tânger⁶². Casou com D. Violante Nogueira, filha de Pedro Barreto e de D. Catarina Nogueira. Dos seus filhos destacamos D. João de Lima que permanece no cargo de seu pai e D. António de Lima, criado de D. Jorge, 2.º Duque de Coimbra⁶³. Embora não tenhamos encontrado ninguém que tivesse partido para a Índia em busca de honra e proveito, D. João casou com

⁵¹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II, Livro de Extras*, fl. 127v, de 15 Janeiro 1471; cf. *Brasões*, vol. III, p. 93.

⁵² Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 139, de 30 Dezembro 1484.

⁵³ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 95.

⁵⁴ Cf. *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 17, de 10 Novembro 1475.

⁵⁵ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 95.

⁵⁶ Recebeu um padrão de 20.000 reais de tença (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 138v, de 18 Agosto 1484); cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 95.

⁵⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 138v, de 26 Agosto 1484.

⁵⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 139, de 30 Dezembro 1484.

⁵⁹ Doação da terra de San Ceriz (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 139v, de 31 Agosto 1484) e um padrão de 50.000 reais brancos de tença a 30 Novembro 1484 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 139).

⁶⁰ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 95.

⁶¹ Cf. *Pedatura*, vol. I, pp. 448-449.

⁶² Cf. *Crónica de D. Afonso V*, cliii, 808.

⁶³ Cf. *Pedatura*, vol. I, p. 450.

D. Maria de Anahia, filha de Pedro de Anahia, da qual teve D. Catarina Lima, que casou depois com Rui de Brito Patalim, primeiro capitão de Malaca ⁶⁴.

Dos restantes filhos de Leonel de Lima sobressai Duarte da Cunha Lima que casou com D. Leonor de Abreu, filha de Vasco Gomes de Abreu e de D. Brites, de quem herdou património em Santarém, estabelecendo aí a sua casa. Daqui nasceram D. Vasco de Lima, D. João de Lima, D. Fernando de Lima e D. Rodrigo de Lima, bastardo que foi depois Embaixador ao Preste ⁶⁵.

No que diz respeito às filhas do 1.º visconde consideramos apenas D. Maria de Lima, D. Brites da Silva e D. Inês de Sotomaior. A primeira casa com Vasco Fernandes Coutinho, Sr. de Celorico de Basto, filho de Fernão Coutinho e D. Maria da Cunha, de quem houve Fernão Coutinho, Leonel Coutinho e D. Branca Coutinho ⁶⁶. Já D. Brites casa com D. Garcia de Castro, Sr. de Paul de Boquilobo, irmão do 1.º conde de Monsanto e filho de D. Fernando de Castro e de Isabel de Ataíde ⁶⁷. Finalmente D. Inês de Sotomaior casa com Lopo Gomes de Abreu, Sr. de Regalados. Ainda que nenhum dos seus filhos se tenha destacado em contextos ultramarinos, sua filha, D. Beatriz de Lima casou com João de Brito de quem houve geração, a saber Cristóvão de Brito, Jorge de Brito, Lopo de Brito e António de Brito ⁶⁸.

O primeiro visconde de Vila Nova de Cerveira e D. Filipa da Cunha tiveram mais filhos para além dos que aqui são mencionados, nomeadamente D. Rodrigo de Lima, abade de Refoios de Lima, Pedro Álvares de Sotomaior, e D. Isabel da Silva, que não foram considerados porque ou não tiveram geração, ou a sua descendência não teve qualquer participação nos palcos ultramarinos, pelo menos nas gerações de que nos ocupamos.

Os Limas na política ultramarina de D. Manuel I

De todos os ramos atrás mencionados, muitos foram aqueles que partiram para o Índico em busca de honra e proveito, e por vezes com algum destaque. Pelo que se consideram ser as suas ideias imperiais, fortemente radicadas na Cruzada, D. Manuel I, ao mesmo tempo que continuou com a Reconquista no Norte de África, ideia tão cara à dinastia de Aviz, procurou na Índia uma forma de asfixia económica e financeira do bloco muçulmano, através da tentativa do controlo do comércio das especiarias ⁶⁹. Ao manter estas duas frentes de actividade militar, o rei necessitava bastante do apoio da

⁶⁴ Para um conhecimento mais aprofundado sobre este fidalgo aconselhamos a leitura do artigo de Silvina Silvério, «Rui de Brito Patalim, 1.º capitão de Malaca» in *Capitães de Albuquerque* (no prelo).

⁶⁵ Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 372.

⁶⁶ Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 88.

⁶⁷ Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 267.

⁶⁸ Cf. *Nobiliário*, vol. I, p. 48.

⁶⁹ Cf. Luís Filipe F.R. Thomaz, «L'idée impériale manuéline» in *Arquivos do Centro Cultural Portugal*, vol. 27, Paris, 1990, pp. 35-103.

nobreza portuguesa, não só dos titulares das suas casas senhoriais, mas também daqueles que nada tinham a esperar no reino, filhos segundos que a Lei Mental colocava numa situação precária, a vários níveis, e que tinham que partir como forma de escape ao bloqueio social em que estavam mergulhados em Portugal.

No caso específico da linhagem dos Limas, apercebemo-nos da existência de um padrão de actuação nestes dois pontos. Assim, no diz respeito às praças marroquinas, notamos que são principalmente os primogénitos que partem, ainda que de ramos diferentes. D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, parte para Arzila em 1508, numa expedição que tentava libertá-la do cerco empreendido pelo rei de Fez, incursão onde foi acompanhado por seu primo Diogo Lopes de Lima. Aí permaneceu como fronteiro, realizando várias saídas nas terras envolventes à praça ⁷⁰. D. Francisco, cujo pai tinha morrido em 1508, tinha visto todo o seu património confirmado, acrescentando-se apenas uma tença, cartas que datam de 1508 ⁷¹. Da sua estadia em Arzila não percebemos que benefícios imediatos terá retirado, o certo é que demonstra um empenho na concretização dos objectivos do rei, na medida em que permanece na praça apenas como fronteiro, sendo ele já titular da casa de Vila Nova de Cerveira. Não diminuindo a sua importância, pensamos que um titular de casa senhorial, como era já D. Francisco, ambicionava mais a capitania de uma das praças marroquinas.

No que respeita a seu primo, Diogo Lopes de Lima, terá permanecido em Arzila bem depois da vinda de D. Francisco. A sua actuação surge bastante ligada à do Conde de Borba, D. Vasco Coutinho, com quem realiza inúmeras saídas e cavalgadas ⁷². Também ele, como primogénito de Fernão de Lima, tinha visto reverter para si as tenças de seu pai ⁷³, e a confirmação do castelo de Guimarães ⁷⁴, tudo isto entre 1495 e 1501. As suas actividades em África prolongam-se ainda pelos anos de 1513 e 1514, agora na tomada de Azamor e na batalha dos Alcaides ⁷⁵. É no seguimento destes serviços que Diogo Lopes de Lima é feito cavaleiro da Ordem de Cristo ⁷⁶, em Junho de 1514.

⁷⁰ Cf. *Crónica de D. Manuel I*, I, viii; cf. *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI*, tomo I, p. 33.

⁷¹ Confirmação do viscondado (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fl. 30v-31, de 7 Abril 1508), confirmação da alcaidaria-mor do castelo de Vila Nova de Cerveira (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fl. 29v, de 7 Abril 1508), e uma tença de 50.000 reais (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fl. 29v-30, de 10 Abril 1508).

⁷² Cf. *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI*, tomo I, p. 60.

⁷³ Recebeu uma tença de 10.000 reais brancos (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 8, de 28 Junho 1497), outra de 50.000 reais brancos (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 114-115, de 31 Outubro 1497) e uma de 20.000 reais brancos (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 57v, de 28 Junho 1497), todas elas por morte de seu pai.

⁷⁴ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 114v-115, de 31 Outubro 1497.

⁷⁵ Cf. *Crónica de D. Manuel I*, III, I.

⁷⁶ Cf. António Faria, «Cavaleiros da Ordem de Cristo no século XVI», separata de *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1955.

A sua actividade vai ser notada pelo rei de tal modo que em 1518 está para ir como governador da Índia, como veremos mais adiante.

Outro caso que reforça esta ideia é o de Martim Afonso de Melo, neto de D. Maria de Lima e de Vasco Fernandes Coutinho. Na continuidade da acção de seu pai, Jorge de Melo, Martim Afonso vai ser primeiro capitão da fortaleza de Mazagão, cuja construção foi inicialmente da responsabilidade de seu pai. Jorge de Melo, tinha proposto ao rei que a construção de uma fortificação em Mazagão fosse feita às suas expensas, reservando para si a capitania, que seria hereditária. Não alcançou o seu objectivo, uma vez que morreu durante a construção da mesma, por volta de 1505, mas permitiu que Martim Afonso herdasse a referida capitania⁷⁷. Martim Afonso sucedeu ainda a seu pai no cargo de capitão e anadel-mor dos besteiros a cavalo, em 1506, e foi nomeado camareiro do Infante D. Duarte⁷⁸, o que é sintomático de uma posição forte de Martim Afonso perante o rei. Outra das presenças a notar, ainda que não fosse o primogénito, é a de D. João de Castro, filho segundo de D. Álvaro de Castro e D. Leonor de Noronha, neto de D. Brites da Silva e D. Garcia de Castro, e futuro vice-rei da Índia. Também ele começa a sua carreira militar nas praças marroquinas, nomeadamente em Tânger, onde fica como fronteiro desde 1518 a 1527⁷⁹.

Mas para o caso da Índia, o padrão de actuação baseia-se sobretudo na presença de filhos segundos, de todos os ramos da família. É aqui que nos aparecem os já mencionados Limas que, ainda que não carreguem este apelido, estão bastante próximos da linhagem. Ainda que não se tenham registado aproximações às principais casas senhoriais, há, contudo, ligações a alguns dos seus ramos colaterais. É neste contexto que temos que salientar a entrada dos Coutinhos, dos Melos e dos Britos, apesar de existirem ligações importantes com outras famílias como os Castros, os Abreus e os Pereira. Perante a variedade de casamentos, e dado o interesse para este trabalho, tivemos que nos cingir apenas aos que participaram activamente na construção do Estado da Índia. Assim consideramos apenas Leonel Coutinho e seu sobrinho, Vasco Fernandes Coutinho, os irmãos D. Cristóvão, D. Jerónimo e D. João de Lima, e Jorge de Brito e seu irmão Cristóvão, que são dos primeiros a embarcar rumo ao Oriente.

Leonel Coutinho, já biografado por João Paulo Costa⁸⁰, filho de D. Maria de Lima e Vasco Fernandes Coutinho, neto, pelo lado da mãe, de Leonel de Lima, começa desde cedo nestas empresas ultramarinas. Parte, pela primeira

⁷⁷ Cf. Pierre de Cenival, *Sources inédites de l'histoire du Maroc*, tomo I, 1934, pp. 104-105; cf. João Paulo Oliveira e Costa, «A Coroa Portuguesa e a China, 1508-1531. Do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino» in *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês, Séculos XVI-XIX*, Macau, 1995, pp. 31-32.

⁷⁸ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho...», p. 659

⁷⁹ Cf. «D. João de Castro» in *Dicionário de História dos Descobrimentos*, dir. Luís de Albuquerque, vol. I, pp. 222-223.

⁸⁰ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho...», pp. 627-664.

vez, em 1504⁸¹, repetindo a viagem por mais duas vezes, o que lhe confere o estatuto de veterano da carreira da Índia. A segunda viagem, em 1506, é feita na armada de Tristão da Cunha e de Afonso de Albuquerque, ficando depois na Índia com o primeiro⁸². A sua última viagem é feita com o Marechal D. Fernando Coutinho, seu parente, que tinha como missão dar a posse do governo da Índia a Afonso de Albuquerque; partem depois os dois para Calicut, onde acabam por morrer⁸³. O facto de estar sempre com gente que sabemos ser próxima das ideias manuelinas, leva-nos a considerá-lo na mesma linha. No que diz respeito a Vasco Fernandes Coutinho, filho segundo de D. Branca Coutinho, supomos que terá embarcado na mesma armada que seu tio Leonel, dado que a primeira referência que temos data de 1510. A sua linha de acção vai de encontro à de seus parentes, participando na tomada de Goa e na conquista de Malaca, onde terá permanecido com Fernão Peres de Andrade até 1513, altura em que regressa à Índia, só voltando nós a encontrá-lo na submissão de Ormuz, em 1515⁸⁴.

Os fidalgos que se seguem são os irmãos Cristóvão, Jerónimo e João⁸⁵, filhos de Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães. Enquanto que o irmão mais velho, Diogo Lopes de Lima, buscava ainda benesses régias no norte de África, estes irmãos partem para a Índia em busca de riqueza e ascensão social. Cristóvão é o primeiro a partir, em armada que desconhecemos, dado que a sua primeira aparição é feita em 1505, com D. Francisco de Almeida⁸⁶. Os seus irmãos embarcam logo a seguir, na armada de 1506, com Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, ficando com este último⁸⁷. Encontram-se os três em Ormuz, em 1508, destacando-se no episódio da fuga dos capitães, em que se pronunciaram a favor de Francisco de Távora⁸⁸. Enquanto que as informações relativas a Cristóvão cessam por completo, os dois irmãos Limas continuam a participar com Albuquerque na conquista de pontos estratégicos, em particular na tomada de Goa, onde Jerónimo vem a encontrar a morte⁸⁹. D. João prossegue acompanhando activamente o governador durante o resto da sua governança, estando na conquista de Malaca e Ormuz, assim como noutros actos militares e mesmo diplomáticos⁹⁰.

⁸¹ Cf. *História*, I, xc; cf. *Lendas*, I, p. 494.

⁸² Cf. *História*, II, xxx; cf. *Lendas*, I, p. 660.

⁸³ Cf. *História*, III, v; cf. *Lendas*, II, p. 22.

⁸⁴ Cf. *Lendas*, II, p. 430.

⁸⁵ Para um conhecimento mais profundo do percurso de D. João de Lima e de D. Jerónimo de Lima aconselhamos a leitura do artigo de João Pedro Gomes «Dois fiéis seguidores de Afonso de Albuquerque, D. Jerónimo de Lima e D. João de Lima», in *Capitães de Albuquerque* (no prelo).

⁸⁶ Cf. *Lendas*, I, p. 600.

⁸⁷ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho...», p. 649.

⁸⁸ Cf. *História*, II, lxxii.

⁸⁹ Cf. *Ásia*, II, v, 9; cf. *História*, III, xlii; cf. *Crónica de D. Manuel I*, III, xi, p. 47.

⁹⁰ Cf. *Crónica de D. Manuel I*, III, xviii.

Finalmente, e concluindo a primeira fase de actuação dos Limas na Índia, surgem-nos ainda os irmãos Jorge e Cristóvão de Brito, filhos de D. Brites de Lima e de João de Brito, e netos de Inês Sotomaior por parte de mãe. Estes fidalgos partem para a Índia em 1511, sob o comando de D. Garcia de Noronha; Cristóvão partiu em separado com D. Aires da Gama doze dias depois do grosso da esquadra⁹¹. Este tinha apenas a tarefa de carregar a nau de especiarias, já que em Junho de 1512 está de volta ao reino. Faz apenas um pequeno desvio para ir socorrer Goa que se encontrava em dificuldades e com falta de mantimentos. Só volta a embarcar com destino à Índia em 1514 como capitão-mor da armada, sendo esta a última referência sobre este personagem⁹². Já Jorge de Brito, seu irmão, sai de Lisboa com o grosso da frota⁹³, voltando a surgir nas fontes apenas em 1515 na submissão de Ormuz, como capitão de uma nau às ordens de Albuquerque⁹⁴. De novo, voltamos a constatar que as suas presenças nestas paragens são pautadas pela discricção, ainda que estas estejam plenas de empenho e brio militar. Mais uma vez o facto de acompanharem Albuquerque leva-nos a concluir que partilhariam simpatia pelas suas ideias, já que nunca de se encontram abertamente contra as suas ordens.

Com a chegada de Lopo Soares de Albergaria ao governo da Índia, inaugura-se um período de alguma instabilidade nestas paragens. Ao ceder às pressões de uma parte da corte, mais pragmática, que desejava maior liberdade comercial para os agentes da Coroa, D. Manuel I teve que deixar de transparcer tão firmemente as suas ideias imperiais. Todavia, ao fim de algum tempo, apoiando-se nas consequências da actuação de Lopo Soares, D. Manuel consegue recuperar a iniciativa, o que lhe permite inverter o panorama⁹⁵. Assim, em 1518 decide enviar um homem da sua confiança, o qual partilhava os seus ideais. Contudo, sabemos que uma das suas primeiras escolhas recaiu sobre Diogo Lopes de Lima, filho primeiro de Fernão de Lima e neto do primeiro visconde de Vila Nova de Cerveira⁹⁶. Depois de prestações em África, como já se viu atrás, Diogo Lopes de Lima é chamado pelo rei à Corte para receber a nomeação como governador, substituindo Lopo Soares. Mas, apesar desta solicitação, o nosso fidalgo não aceita o cargo, dando a entender que não pretendia ser um instrumento na luta interna entre as duas facções cortesãs⁹⁷. Provavelmente Diogo Lopes de Lima não desejava imiscuir-se em toda esta luta interna, que certamente lhe provocaria desgastes a vários níveis. Era já alcaide-mor de Guimarães, sr. de Castro Daire, por via da

⁹¹ Cf. *Relação*, p. 26-27.

⁹² Cf. *Relação*, p. 29, *Ásia*, II, x, 2.

⁹³ Cf. *Relação*, p. 30.

⁹⁴ Cf. *Ásia*, II, x, 2.

⁹⁵ Cf. Luís Filipe F.R. Thomaz, «A política oriental de D. Manuel e as suas contracorrentes» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, pp. 189-206.

⁹⁶ Cf. *Crónica D. Manuel I*, IV, xxxi.

⁹⁷ Cf. *Ásia*, III, iv, 10.

mulher, D. Isabel Pereira, e detentor de uma série de benesses régias, reveladores de estatuto e segurança, quer a nível social, quer a nível financeiro. O rei aceita a recusa e ainda lhe faz mercê de 10.000 cruzados, para além de outras benesses. Perante este quadro, o rei indigita Diogo Lopes de Sequeira, que parte então na armada de 1518.

Nesta armada vão ainda outros Limas, constituindo de alguma forma o início de uma segunda vaga desta linhagem no Índico. Encontramos de novo D. João de Lima e pela primeira vez D. Rodrigo de Lima. O primeiro fidalgo regressa agora com o intuito de obter uma capitania em praças indianas, o que consegue em 1522, ao ficar por capitão de Calicute, onde permanece até 1525⁹⁸. A sua prestação na Índia termina com este cargo, ainda que durante todo este tempo tenha demonstrado empenho e entusiasmo em todos os episódios em que o encontramos. Sem dúvida que é um dos exemplos mais acabados de dedicação por parte da fidalguia portuguesa na luta pelos interesses da Coroa, que terminaria com a concessão do cargo de capitão de uma fortaleza, para muitos a benesse máxima que poderiam almejar. Em momento algum o vemos sobrepor os seus interesses aos do governador, ainda que nem sempre os seus pontos de vista fossem coincidentes. Quando decidiu investir na sua riqueza pessoal, D. João tê-lo-á feito, provavelmente, com autorização régia, dado que tinha um procurador do trato das especiarias em Diu⁹⁹, durante este período, e a sua actividade militar foi consideravelmente reduzida¹⁰⁰. Seria esta uma forma de compensação por parte do monarca pelos serviços prestados ao longo de todo este tempo.

No que refere a D. Rodrigo de Lima, pensamos que é o exemplo mais flagrante nesta família de um homem ao serviço das ideias messiânicas de D. Manuel I. Desconhecemos quase tudo acerca do seu percurso até à partida para a Índia. Filho bastardo de Duarte da Cunha Lima, neto de Leonel de Lima, foi indigitado pelo governador Diogo Lopes de Sequeira como embaixador ao Preste João¹⁰¹. Apesar de não termos uma confirmação régia da missão que lhe foi depois atribuída, pensamos que o facto de Diogo Lopes o ter nomeado, é por si só sintomático da confiança e proximidade, senão do próprio fidalgo, pelo menos da sua família. Com a morte de Duarte Galvão a caminho da Etiópia, e graças à pouca vontade de Lopo Soares em lhe dar seguimento, toda a embaixada ficava em risco de não ser concretizada. Diogo Lopes de Sequeira, assim que chega à Índia, decide retomar a missão diplomática e indica D. Rodrigo como cabeça da missão. A sua escolha parece-nos bastante curiosa, porque, pelo que sabemos, não tinha ainda prestado qual-

⁹⁸ Cf. *Ásia*, III, vii, 1.

⁹⁹ Carta de procuração constituindo Fernão Martins como procurador de D. João de Lima no trato da pimenta do Pacém, Cochim, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 74, doc. (cf. João Pedro Gomes, *op. cit.*).

¹⁰⁰ Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, *Voyages dans les deltas du Ganges et de l'Irraouaddy, 1521*, Paris, 1988, pp. 359-361.

¹⁰¹ Cf. *Ásia*, III, iv; cf. *Lendas*, II, pp. 586-587; cf. *História*, V, xxviii.

quer serviço à Coroa, quer em África, quer na Índia. Para além disso, era um filho bastardo, de um secundogénito de Leonel de Lima. Seu pai também não se havia destacado em qualquer desses palcos, ainda que seus irmãos viessem a mostrar serviço, mas mais tarde, já no reinado de D. João III. As crónicas também não são esclarecedoras, na medida em que apenas referem o seu nome, nunca apresentando justificações para tal. Perante isto, podemos mesmo talvez considerar que, se não havia uma relação pessoal entre D. Rodrigo, Diogo Lopes de Sequeira ou o próprio D. Manuel I, ele estaria certamente entre o círculo dos mais fervorosos apoiantes do monarca. Assim, quando o governador necessita de nomear o sucessor de Duarte Galvão, não hesita em chamar D. Rodrigo. Parte de imediato para a Etiópia, junto com Mateus, o embaixador do Preste, e mais uma comitiva de vários elementos, entre eles o padre Francisco Álvares. A sua viagem atingiu o objectivo pretendido, concertando audiências com o Preste, onde trocou cartas e presentes. Encontrou ainda Pêro da Covilhã, que tinha partido do reino à cerca de 30 anos em busca de notícias do reino cristão da Etiópia a mando de D. João II. Finalmente em 1526, Heitor da Silveira consegue trazer a comitiva de volta para a Índia. D. Rodrigo morre pouco tempo depois em 1528 na costa oriental africana.

Esta vaga de Limas prossegue com D. Diogo de Lima, D. Vasco, D. Fernando, e D. João de Lima, seus primos, D. Jorge de Lima, *o Moço*, sobrinho dos anteriores, Lopo e António de Brito, Martim Afonso de Melo e Diogo de Melo, e com os repetentes Vasco Fernandes Coutinho e Jorge de Brito, sendo estes os que marcam a continuidade do serviço da linhagem no reinado de D. João III.

D. Diogo de Lima, irmão do 3.º visconde de Vila Nova de Cerveira, recebe ainda no reino a capitania de Cochim, dada pelo rei em 1520¹⁰², com a qual deveria ter partido na armada desse mesmo ano. Uma tempestade obrigou ao regresso de uma parte da esquadra, mas D. Diogo manteve a capitania, saindo só em 1521, na frota de D. Duarte de Meneses¹⁰³. Ocupou-a entre 1521 e 1524, altura em que termina a sua comissão e deverá ter voltado para o reino, pelo que não temos mais qualquer informação. D. Diogo, antes de procurar sua sorte no Índico, tinha já sido alvo de alguns benefícios régios, nomeadamente duas tenças, para além de pequeno terreno no meio do rio Minho¹⁰⁴, e algumas casas em Lisboa, que adquire em 1512¹⁰⁵. Certamente que estes rendimentos não lhe seriam suficientes, o que explica a sua passagem pelo Oriente. Ainda que nunca tivesse tido qualquer prestação à Coroa, em qualquer dos seus teatros de actuação militar, D. Diogo vê-se agraciado com este cargo

¹⁰² Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 49, de 20 Fevereiro 1520.

¹⁰³ Cf. *Relação*, p. 36; cf. *Ásia*, III, vii, 1.

¹⁰⁴ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 17, de 11 Março 1502.

¹⁰⁵ Cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, liv. 6, fl. 112v, de 10 Agosto 1512.

possivelmente pela boa imagem que a sua família há muito vinha desenvolvendo junto dos vários monarcas, bem como pela proximidade ao titular.

No que refere aos seus primos, sabemos que D. Vasco de Lima, filho de Duarte da Cunha Lima, neto de Leonel de Lima, e irmão de D. Rodrigo, está como capitão de uma nau em Chaul, em 1521¹⁰⁶. Por sua vez, D. Fernando e D. João de Lima, *o Moço*, todos eles irmãos, estão presentes na defesa da fortaleza de Calicute, onde seu primo, D. João de Lima, exercia a função de capitão da praça. Aparece aqui também Jorge de Lima, neto, por via da mãe, do 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira¹⁰⁷. Parece-nos relevante a presença de tantos Limas neste episódio, o que nos leva a constatar o funcionamento de redes de parentesco em cenários ultramarinos.

Outros dos que se destacam nestes últimos momentos do reinado do *Venturoso*, são o já mencionado Jorge de Brito, e os estreantes Lopo e António de Brito, seus irmãos. Depois da sua prestação enquanto capitão de Afonso de Albuquerque, Jorge de Brito regressa ao Índico, em 1520, como capitão-mor da armada desse ano¹⁰⁸. Tinha como missão a construção de uma fortaleza nas Molucas, cuja capitania, por isso, lhe estava destinada¹⁰⁹. Contudo, a sua morte prematura não lhe permite terminar o projecto, passando este para as mãos de António de Brito¹¹⁰. Esta nomeação encaixa claramente no denominado «último fôlego» do expansionismo manuelino. O monarca, uma vez recuperada a iniciativa, desencadeia um movimento de construção de fortalezas que permitiriam estender e consolidar os seus territórios na Ásia e no extremo-oriente¹¹¹. Da mesma forma devemos entender a nomeação de Lopo de Brito que tinha regimento para edificar uma fortaleza em Ceilão. O rei, que entretanto recebera a notícia da viagem de Lopo Soares à ilha, com igual intuito de aí construir uma fortificação, mantém o nome de Lopo de Brito, agora apenas para ocupar o cargo de capitão¹¹². Este parte em 1519 com ordem para substituir D. João da Silveira e, seu irmão António, que provavelmente seguia na mesma armada, iria para o lugar de alcaide e capitão-mor do mar de Ceilão, posição que era então ocupada por António Miranda de Azevedo¹¹³. Sabemos ainda que António de Brito sucedeu a Jorge de Brito na tarefa de construir a fortificação nas Molucas, o que se concretiza em 1522.

Paralelamente a estas nomeações, Martim Afonso de Melo é indigitado

¹⁰⁶ Cf. *Ásia*, III, vii, 1.

¹⁰⁷ Cf. *Ásia*, III, ix, 8.

¹⁰⁸ Cf. *Relação*, p. 35.

¹⁰⁹ Cf. *Ásia*, III, iv, 7.

¹¹⁰ Cf. *Ásia*, III, iv, 6;

¹¹¹ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «A Coroa Portuguesa e a China...», pp. 12-84;

¹¹² Cf. Jorge Manuel Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1453)*, Lisboa, 1998, p. 144.

¹¹³ Cf. Jorge Manuel Flores, *op. cit.*, p. 144.

¹¹⁴ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho ...», p. 659.

pelo rei para levar a cabo a construção de uma fortaleza na China, no seguimento de todas as outras atrás mencionadas ¹¹⁴. Depois da sua presença como capitão da praça de Mazagão, Martim Afonso prossegue a sua carreira como homem de confiança de D. Manuel, agora responsável por estabelecer ligações com o império chinês. A fixação de uma feitoria na costa meridional da China era vista como algo de fundamental, não só para a expansão de mercados para os comerciantes portugueses, mas também como potencial fonte de financiamento e prestígio do Estado da Índia. Mais uma vez, vemos os portugueses a imiscuirem-se nas redes comerciais locais como forma de viabilizar a Rota do Cabo. Martim Afonso sai de Lisboa em 1521 na armada de D. Duarte de Meneses, acompanhado de Vasco Fernandes Coutinho e Diogo de Melo, todos eles irmãos ¹¹⁵. Uma vez construída a fortaleza, Vasco Fernandes ficaria como capitão-mor da armada que ligaria China a Samatra, o que de alguma forma confirma a ideia de que a fixação na costa chinesa era uma maneira de chegar a outros portos comerciais da Ásia do Sueste. A posição mais subalterna era de Diogo de Melo, a quem cabia apenas a capitania de uma das naus da armada de seu irmão Martim. Todavia, o seu papel não seria de menor interesse, uma vez que Martim Afonso mostra preocupação pelos descobrimentos que se deviam fazer. Assim, Diogo de Melo iria possivelmente incumbido da tarefa de explorar o mar da China em busca de outros locais de comércio, assim como um conhecimento mais profundo destes novos mares, que agora passavam a ser navegados pelos portugueses.

Conclusão

Perante o panorama aqui exposto, podemos desde já concluir que os Limas desde muito cedo se encontram ligados à Coroa e à empresa expansionista. Leonel de Lima, o fundador desta casa senhorial, teve um papel fundamental neste processo, ao criar laços de lealdade e de fidelidade para com todos os reis que serviu. Nisto é seguido por todos os seus filhos que, pelo que pudemos ver, permanecem ligados ao rei, seja ele D. João II, ou D. Manuel I. Acima de tudo, revelam-se homens que estão prontos a servir o seu rei nas suas acções, quer em África quer na Índia, o que demonstra também uma aceitação tácita das ideias régias, e das suas estratégias. Se isso transparece nas primeiras gerações, podemos afirmar com segurança que o mesmo se repete nas seguintes. Assim sendo, o serviço à casa real é quase

uma característica do comportamento desta linhagem.

No que diz respeito à sua actuação no reinado do *Venturoso*, as linhas de acção permanecem idênticas, uma vez que temos Limas a participar nos dois palcos essenciais da sua política imperialista. Notamos, contudo, que há um padrão na sua actuação, ou seja, enquanto que são essencialmente os primogénitos a partir para as praças marroquinas, em contrapartida, para o Índico, encontramos todos os outros filhos-segundos, exceptuando o caso de Diogo Lopes de Lima, que estava para ir como governador; e Martim Afonso de Melo, que comanda a expedição à China. Nem mesmo o embaixador ao Preste João, símbolo máximo de toda a ideia imperial manuelina, era um primogénito, nem filho segundo, mas um bastardo. Estas constatações, todavia, não anulam o peso que esta gente certamente teria junto da figura do monarca, ao invés, vêm reforçá-lo.

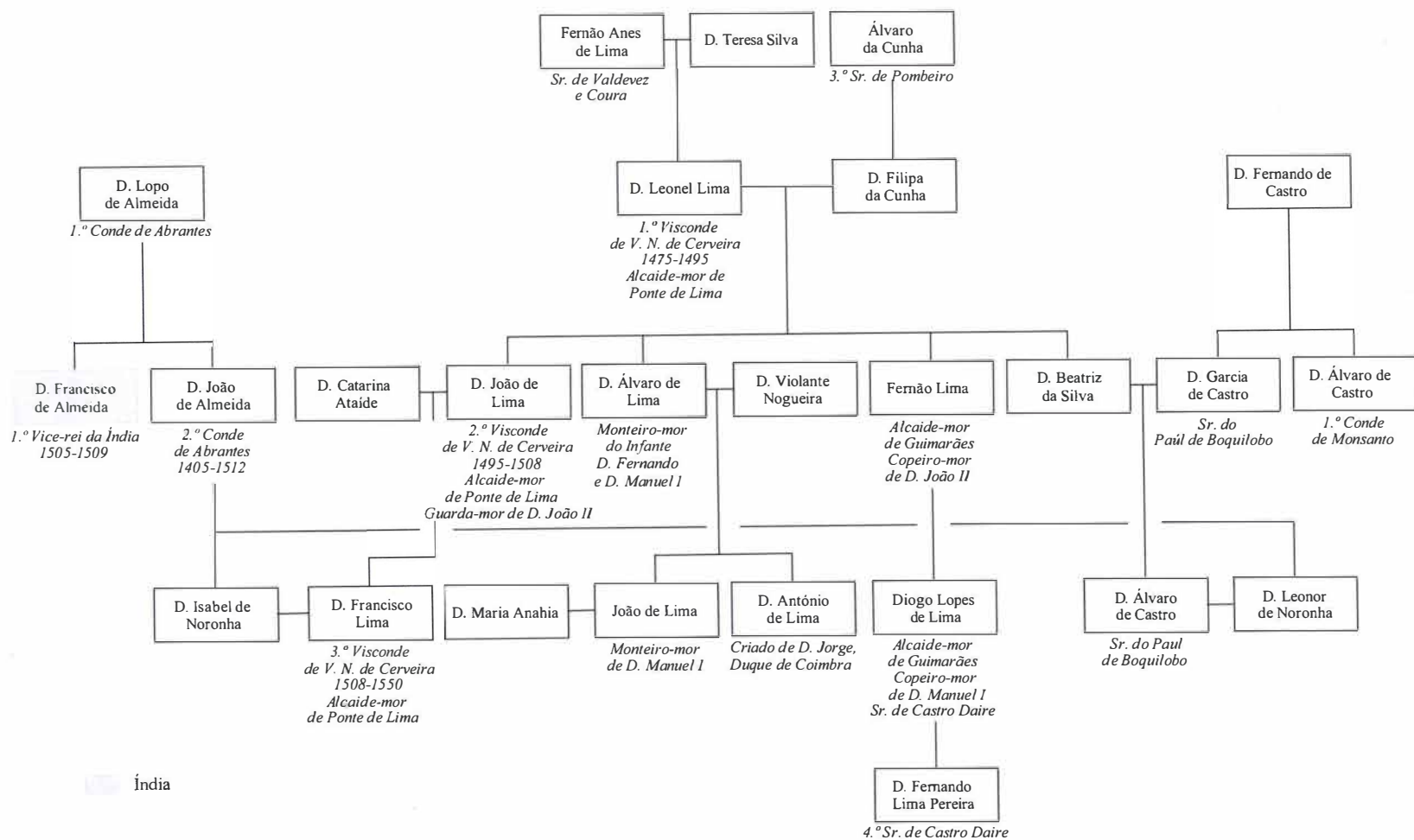
De todos aqueles Limas que encontramos na Índia, apercebemo-nos também que a sua presença é mais forte durante os governos de Afonso de Albuquerque e Diogo Lopes de Sequeira, dois homens que sabemos claramente pró-manuelinos. Pelo contrário, ao longo da governança de Lopo Soares de Albergaria, notamos uma total ausência dos fidalgos desta linhagem. Contudo, a sua actuação é pautada sempre por uma grande discrição, estando presentes em momentos decisivos da construção do Estado da Índia, mas sem nunca tomarem qualquer atitude mais conflituosa. Notamos igualmente que, muitos dos Limas que partem para o Oriente, fazem-no inseridos em grupo, numa rede de parentesco, segundo uma lógica de proximidade familiar.

Esta posição tem os seus frutos, na medida em que todos os que foram aqui identificados viram os seus serviços recompensados de alguma forma, seja em capitania de fortalezas e armadas, como com cargos de confiança, como é o caso de D. Rodrigo de Lima e Martim Afonso de Melo. Mesmo aqueles que morrem prematuramente no campo de batalha vêm reverter para os irmãos eventuais benefícios.

Os Limas apresentam-se assim como um exemplo quase perfeito do tipo social que caracteriza estas duas vertentes da política ultramarina de D. Manuel I.

¹¹⁵ Cf. *Relação*, p. 37; cf. *Ásia*, III, viii, 5; cf. João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho ...», p. 659.

O viscondado de Vila Nova de Cerveira



A presença dos Limas no Além-Mar

